

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO



AS CORTES E O PARLAMENTO EM PORTUGAL

O passado e a actualidade

DISCURSO DE APRESENTAÇÃO DA OBRA *AS CORTES E O PARLAMENTO EM PORTUGAL*.
750 ANOS DAS CORTES DE LEIRIA DE 1254. ACTAS DO CONGRESSO INTERNACIONAL

AS CORTES E O PARLAMENTO EM PORTUGAL

O passado e a actualidade

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO

Discurso de apresentação da obra
*As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 Anos
das Cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso
Internacional*, proferido no dia 5 de Julho de 2006,
na Biblioteca da Assembleia da República



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Título:

As Cortes e o Parlamento em Portugal: O passado e a actualidade.

Discurso de apresentação da obra *As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional*

Autor:

Maria Helena da Cruz Coelho

Edição:

Divisão de Edições da Assembleia da República

Execução Gráfica, Impressão e Acabamento:

Rainho & Neves, Lda. – Santa Maria da Feira

Depósito Legal:

212925/04

Lisboa

Outubro de 2006

As Cortes e o Parlamento em Portugal. O Passado e a Actualidade¹

Hoje e aqui, neste palácio da Democracia e das Leis, órgão político do tempo presente, que o será também do tempo futuro, mas que é ainda espaço de memórias de múltiplas vivências religiosas e seculares, hoje e aqui, dizia, se dá por findo, com o lançamento desta obra, o Congresso Internacional promovido pela Câmara Municipal de Leiria, pela Assembleia da República e pela Universidade de Coimbra para comemorar os 750 anos das Cortes de Leiria de 1254.

O livro *As Cortes e o Parlamento em Portugal* será o *monumentum* que dele se constitui como lembrança. A oralidade, moldável e acessível, mas volátil, dá lugar à escrita codificada e rígida, mas duradoura. Ao dar corpo a esta memória escrita poderíamos, pedindo de empréstimo as palavras ao grande poeta Horácio, afirmar, com o mesmo orgulho pela supremacia da arte da escrita:

«(Ergueu-se) um monumento mais perene que o bronze
E mais alto que a estrutura régia das pirâmides.»

Agora o que foi dito por doze conferencistas e dez comunicantes de diversas universidades nacionais e estrangeiras e quatro membros da Assembleia da República, e depois discutido por cerca de uma centena de participantes, circulará entre um número, que esperamos muito mais vasto, de críticos leitores. Para que reprodutivamente possa servir de estímulo a um mais querer saber sobre esta apaixonante temática do percurso histórico de uma reconhecida instituição como as cortes-parlamento.

A obra segue a filosofia e a moldura gizada para o Congresso.

A Câmara Municipal de Leiria quis resgatar do esquecimento e co-memorar, com um grande sentido cívico colectivo, as Cortes de Leiria de 1254. Apelou à Assembleia da República para conjugar, nesta evocação, o passado com o presente e entrelaçar o poder local com o poder central. Entregou à Universidade de Coimbra, à sua Faculdade de Letras e ainda mais particularmente a um grupo de professores de História, sob a minha coordenação, a responsabilidade científica de concretizar este evento.

Pensámos então em realizar um Congresso que privilegiasse a diacronia a qualquer recorte temático e temporal.

*- Prof. da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura.

¹- Este texto – para a elaboração do qual, em tempo escasso, muito agradecemos a colaboração da nossa Colega Maria Manuela Tavares Ribeiro – constituiu a apresentação da obra *As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional*, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República, 2006, que ocorreu, no dia 5 de Junho de 2006, na Biblioteca da Assembleia da República, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia da República.

Diga-se, porém, que ao estudarmos, neste Congresso, as Cortes e o Parlamento em devir longo, não perfilhámos qualquer teoria evolucionista, estando conscientes das descontinuidades que existiram nesta instituição ou neste sistema social e político, como querem alguns, e os historiadores tanto têm debatido.

Assumimos antes os objectivos da Commission Internationale pour l'Histoire des Assemblées d'États, criada em 1936, e a que pertencem mesmo alguns membros organizadores do Congresso, que tem em vista «promover a investigação sobre a origem, crescimento e desenvolvimento das instituições representativas e parlamentares em todo o mundo e em todos os períodos, encorajando o seu estudo numa perspectiva comparativista». E diga-se agora, num aparte que julgamos significativo, que esta Comissão Internacional nos propôs, embora algo tardiamente, a inclusão desta obra na sua série de publicações, o que muito nos honraria, mas não pudemos aproveitar, dado que o trabalho se encontrava já impresso, ainda que a sua revista *Parlements, États et Représentation* se dispoña a acolher notas de divulgação do evento e possivelmente recensões críticas da obra.

Para mais relevar este enfoque da história comparada, que quisemos dinamizar no Congresso, convidámos alguns professores ingleses e espanhóis que nos propusessem quadros comparativos da evolução das Cortes nesses reinos, em tempos medievais e modernos.

Abriam-se quatro secções no Congresso, acompanhando a instituição na sua temporalidade – As Cortes em tempos medievais; as Cortes na Idade Moderna; as Cortes e o Parlamento em Oitocentos e Novecentos; o Parlamento na actualidade.

Este livro, que agora lançamos, grava por escrito, como dissemos, o que nelas foi dito por conferencistas e comunicantes.

Evidenciaram-se as Cortes de Leiria de 1254, aquelas em que pela primeira vez os concelhos estiveram representados e se fizeram ouvir, marcando institucionalmente a transformação da cúria régia, que assessorava os reis portugueses na governação, nesse outro órgão, com assento de todas as forças sociais do reino, que são as Cortes. Conheceram-se ainda as demais Cortes reunidas em Leiria, em tempos fernandinos e eduardinos e, não menos, a deambulação dos procuradores do concelho leiriense por Cortes realizadas em Coimbra, Santarém, Lisboa e Évora.

Na envolvência deste acto primevo e fundacional das primeiras Cortes, aprofundaram-se protagonistas e espaços. O monarca que as convocou, D. Afonso III, foi estudado nos aspectos fundamentais da sua política de afirmação da autoridade régia, de inovadora legislação e de eficiente reforma da administração, justiça e fiscalidade. Leiria, a vila que acolheu esta magna assembleia, foi recortada na sua identidade concelhia e como centro de significativo florescimento económico, que a tornava alvo da cobiça de grandes senhores, como o poderoso mosteiro de Alcobaça.

Apresentadas as origens da instituição parlamentar em Portugal, foi-nos dado o ensejo de assimilarmos as semelhanças e diferenças do fenómeno parlamentar inglês, verifi-

cando a simultaneidade de muitas das etapas do seu processo evolutivo, mas que vieram a desembocar num órgão de mais largo alcance na política de Inglaterra. Consentaneamente, descobrimos as muitas similitudes com a génese, funcionamento e atribuições das Cortes dos reinos hispânicos de Leão e Castela, cortes que não foram um cenário passivo mas dialogante, o que levou os monarcas a terem em conta, na sua política geral, as realidades e os equilíbrios dos poderes.

Retomando o discurso sobre as Cortes portuguesas, deu-se conta do papel desta instância de poder no contexto da política de fortalecimento da autoridade régia e de inovação e modernidade que se incentivou na centúria de Quatrocentos. Nela se discutiram os planos de guerra ou paz frente a Leão e Castela, se ponderou o duro encargo da fiscalidade e do recrutamento militar, ou se delinearão as grandes linhas da política expansionista portuguesa, que visava a ocupação das praças marroquinas e a abertura da rota atlântica que nos conduzisse ao sonhado Oriente das especiarias.

Particularizaram-se ainda as presenças, em Cortes da primeira e segunda dinastia, da mercantil e cosmopolita cidade de Lisboa, inquirindo-se sobre as suas oligarquias representativas nessas assembleias, e da vila transmontana de Bragança que, nos seus pedidos e agravos, deixa ecos de uma economia agrícola e ganadeira.

Por outro lado, iluminou-se o invisível, chamando a atenção para o discurso sobre as mulheres em Cortes, porque, se bem que ausentes, elas não deixaram de ter protagonismo, ao mais alto nível político na sua condição de rainhas e infantas, ou a todos os níveis pela sua presença e acção na sociedade medieval.

Do mesmo modo, numa investigação ainda muito recente, deu-se atenção aos agentes da escrita e aos actos escritos na preparação das reuniões parlamentares. Divulgou-se ainda o programa do Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, na sua linha editorial de Cortes, que já deu à estampa as Cortes dos reinados de D. Afonso IV, D. Pedro, D. Fernando e D. Manuel, tendo sido lançadas, por ocasião do Congresso, as de D. Duarte de 1436 e 1438.

Perseguindo a diacronia entrou-se pelos tempos modernos, precisando-se, uma vez mais, o particularismo da «gramática» peticionária da vila do Lis, no palco simbólico e político das reuniões parlamentares no reinado de D. João IV. Para, em seguida, em lata abrangência, conhecermos o panorama das assembleias reunidas nas centúrias de Quinhentos a Setecentos, convocadas cada vez com maior raridade, e em que se acentua o papel centrípeta de Lisboa como pólo da governação monárquica, até atingirmos as últimas Cortes do Antigo Regime, reunidas em 1697-1698. Mais especificamente destacaram-se as Cortes que, desde o reinado de D. Fernando até ao de D. Pedro II, foram cenário da ritualidade e cerimonial do juramento do herdeiro do trono, na representação, com toda a pompa e aparato, do contrato «pactista» estabelecido entre o rei e os súbditos.

Possibilitando uma perspectiva comparatista emergiu o protagonismo das Cortes de Castela em tempos filipinos, vincando-se a continuidade do poder dos centros urbanos no

delineamento da política fiscal da coroa, sem deixar de se assinalar o paralelismo da mesma desactivação da convocatória das Assembleias dos três estados nos reinos hispânicos.

Com a percepção retrospectiva dos séculos XIX e XX e até à actualidade, foi-nos dado apreciar a notoriedade de aspectos, de componentes, de questões, de manifestações, de imagens das Cortes e do Parlamento. Porém, tendo em conta que neste quadro espaço-temporal o processo de modernização do Portugal contemporâneo não dependeu exclusivamente das forças políticas, ele teve de ser discutido em termos de circulação e impacte de ideias.

Assim, o direito de voto estimulou um dos principais debates político-culturais da monarquia constitucional. De facto, as eleições constituíram então, não tanto um meio de legitimação do poder, mas foram muitas vezes pretexto para o questionar sistemático das políticas governamentais. O mesmo é dizer que, na vigência da monarquia constitucional, as eleições foram não um factor de pacificação política, mas bem pelo contrário, propiciaram momentos de anarquia e violência.

As mutações sociais, culturais, ideológicas, económicas e outras, que se operaram no lapso temporal do constitucionalismo português – do liberalismo à democracia – viram-se plasmadas nos textos constitucionais. Ora a permanência, a evolução e a inovação acompanharam a positivação constitucional dos direitos humanos, desde os primeiros enunciados fundantes até aos nossos dias. Conjugação constitucionalismo e direitos humanos significou, pois, aliar dois aspectos de uma mesma realidade, politicamente identificada, apesar de ideologicamente díspar.

De que forma e por que modos se identifica a história parlamentar com a história da cidadania? Sublinhe-se, nesta análise, as novas práticas políticas que, na monarquia constitucional e na república, geraram uma outra cultura política. O cidadão e o Parlamento assumiram uma renovada centralidade na sociedade portuguesa. De 1820 a 1976 as assembleias parlamentares tornaram-se, pois, vivos espaços de sociabilidade política.

E foi nesses centros de sociabilidade que o debate público ganhou foros de acesos confrontos de ideias, de doutrinas, de práticas. Um desses momentos coincidiu com a inauguração do sistema representativo, que permitirá questionar os problemas eclesiais, as relações políticas Estado-Santa Sé, a perpetuidade da aliança do Trono e do Altar.

Cidadãos empenhados, deputados militantes, activistas políticos envolveram-se, em Oitocentos, numa atenta e por vezes acutilante análise crítica da sociedade, da vida literária e cultural, da praxis político-parlamentar, que desvendaram em folhas literárias e em periódicos, mesmo do jornalismo local. Caso exemplificativo: um jornal leiriense, «qual parlamento privado», *O Búzio de Moel*.

Não menos significativa se apresentou a imagética e iconografia, que encarnavam o espírito do parlamentarismo, gravadas em obras de arte que povoam mesmo as salas deste paço das Leis. A tapeçaria de Joaquim Correia, que fixa essa reunião primeva das Cortes de Leiria de 1254, foi alvo de um inicial estudo, depois desenvolvido, que aqui se

divulga em obra anexa a esta Actas, descobrindo, na tessitura dos seus fios, o discurso iconológico parlamentar do seu criador.

Passados 750 anos sobre as Cortes de Leiria, convém reflectir sobre quem são os representantes por nós eleitos, como são recrutados, como nos representam. Conhecer, enfim, quem é hoje o povo representado no Parlamento, como conseguir a participação activa do cidadão e como fazê-lo sentir-se participativo na vida política. Um estudo de caso – o dos parlamentares do círculo eleitoral de Leiria de 1975 a 2004 – é, a todos estes títulos, elucidativo.

Questão fulcral continua a colocar-se no presente com particular insistência – como se situa o Parlamento na discussão entre a legalidade e a legitimidade? O mesmo é dizer – como se reflectem e como interferem as mudanças entre democracia representativa e democracia participativa no Parlamento?

Debates estes de pleno *aggiornamento*, quando justamente o Parlamento acaba de votar, por unanimidade, a primeira iniciativa legislativa de cidadãos, que provém da mobilização e vontade participativa de dezenas de milhar de empenhadas mulheres e homens do nosso país.

Perante as transformações que ocorrem nos dias de hoje, na sua amplitude e complexidade, como pensar e viver o Parlamento?

Numa sessão inteiramente da responsabilidade organizativa da Assembleia da República falou-se, então, do Parlamento na actualidade.

Esta última parte da obra abre com uma reflexão muito pertinente sobre os legados do passado, neste caso com conotação negativa, funcionando como «traumas» nos mecanismos parlamentares e políticos, que são responsáveis pela pouca expressão do uso do referendo constitucional, pela inexistência do bicameralismo no poder legislativo e pela ineficácia concreta de um bom serviço de informações nacionais e internacionais. Não sem deixar, porém, de salientar que, tal como ontem, em tempos de D. Afonso III, as Cortes de Leiria se convocaram para discutir o *statu regni* («o estado do reino»), hoje se exige que, no final do ano parlamentar, se realize um debate sobre «o estado da Nação».

Logo se segue um sugestivo e demonstrativo excursão sobre a questão muito séria «de saber se os parlamentos podem contribuir para resolver os novos problemas com que as sociedades de hoje se defrontam» (p. 382), na exigente articulação entre os interesses nacionais e o fenómeno da globalização, da integração europeia e das atribuições das várias organizações internacionais. Acreditando, o deputado e orador, que «sem esquecer os limites que a sociedade do nosso tempo coloca aos parlamentos... eles continuarão a ser decisivos e centrais na representação dos cidadãos» (p. 388).

Com um significativo apelo às memórias do passado, um outro parlamentar debruçou-se sobre a filosofia que enforma o Parlamento, no que concerne à representatividade pelos deputados das vontades dos cidadãos.

A finalizar este debate sobre o Parlamento no tempo presente, uma terceira alocução de um deputado evocou, para além da exclusiva e soberana função legislativa da Assembleia, a sua função de fiscalização crítica dos actos políticos do Governo, detalhando a evolução dos seus procedimentos.

O que nestas Actas se agrega e publica são etapas, são aspectos múltiplos, por certo não únicos, de um longo roteiro e intenso percurso do parlamentarismo, constituindo este livro, como esperamos, mais uma peça da multissecular memória das Cortes e do Parlamento em Portugal.

Livro que nasce de um querer de um município em mergulhar nas suas raízes, de uma vontade da Assembleia da República de mais aprofundar o protagonismo da digna instituição parlamentar e de uma apaixonada entrega dos historiadores para investigarem e reflectirem sobre este recorte temático do vasto legado civilizacional e cultural dos homens.

A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na pessoa dos membros da Comissão Organizadora do Congresso, de onde resultou esta obra, sente-se muito honrada por ter podido, uma vez mais, como é seu permanente desejo, disponibilizar-se para servir a comunidade, abrindo-se a uma comunhão de saberes e competências.

Tarefa muito leve, mas bem enriquecedora, dado o caloroso incentivo da Câmara Municipal de Leiria, na pessoa da sua Presidente, do Vereador do pelouro da Cultura e dos técnicos que diligentemente nos apoiaram, e da muito prestigiante adesão da Assembleia da República, nas pessoas dos seus anteriores e actuais Presidentes e Secretárias-Gerais, e elevado desempenho e lhanza de trato dos seus colaboradores.

A Comissão Organizadora sente-se igualmente muito gratificada pela significativa adesão da comunidade científica, corpo e alma desta obra. Obra, que o apoio financeiro da Assembleia da República e a superior qualidade e eficácia dos seus técnicos, tornaram em memória escrita. E, como ensina a arenga de um diploma alcobacense de undecentos, «a escrita é a tutela fiel da memória... (pois) torna actuais os factos passados, confirma os do presente e, uma vez confirmados, mantém-lhes a lembrança...».

O passado re-presentifica-se neste livro e o presente confirma-se, resgatados da *damnatio memoriae* do esquecimento. Com ele damos por finda a viagem iniciada com os primeiros passos da organização do Congresso. Com ele se cumprem caminhos da pluralidade da escrita, entendida como limite e momento.

E agora, em tempos de apelo à leitura, em feiras do livro, ele aí fica, já inteiramente dos leitores, no desafio de ser veículo de interpelação e diálogo na corrente dialéctica da escrita e da leitura.

